

## **HEGEMONIA E ORDEM MUNDIAL PÓS-GUERRA FRIA: UMA ANÁLISE COXIANA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Junior Ivan Bourscheid<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O presente artigo intenta apresentar um quadro geral das relações internacionais do pós-Guerra Fria, delimitando este período entre 1991 e 2001, utilizando-se da teoria crítica coxiana para compreender a lógica hegemônica do novo ordenamento mundial. Analisar-se-á a relevância dos períodos de transição para as teorias de relações internacionais, e como a teoria crítica sobressai-se no aporte de perspectivas analíticas para o estudo das ordens mundiais. Lançando mão do processo de desenvolvimento das estruturas históricas de Robert Cox, bem como de sua caracterização da hegemonia nas relações internacionais, possibilita-se a apreciação dos diversos fenômenos que implicaram novas perspectivas e desafios aos atores internacionais a partir da dissolução da União Soviética. Debatem-se, também, outras abordagens surgidas nesse período histórico, que se embrenharam no otimismo ou no pessimismo ascendido do novo contexto mundial, permitindo explorar seus argumentos e expor seu compromisso com a conservação dos novos arranjos do poder mundial.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Hegemonia; Ordens mundiais; Pós-Guerra Fria; Teoria crítica.*

### **1 INTRODUÇÃO**

Nas relações internacionais os momentos de transição são sobremaneira determinantes para suas distintas abordagens teóricas. Impõe a necessidade de adaptação à nova conjuntura, com novas interações sociais, novas forças políticas, novo arranjo das potências internacionais, nova hierarquização do poder mundial.

Com a dissolução da União Soviética em 1991, o ordenamento mundial que até então se caracterizava pela bipolaridade entre as duas superpotências – Estados Unidos e União Soviética – desde o fim da Segunda Guerra Mundial, desaparecia pela derrocada de uma das potências. Segundo Hobsbawm (2005) parecia improvável aos observadores da época, conceber o fim da ordem que marcou o Sistema Internacional por mais de quatro décadas, com o solapamento de uma superpotência, em profunda crise econômica e política, se desintegrando e gerando novos desafios e perspectivas para os atores internacionais.

Este artigo busca analisar a relevância do estudo do período de transição do pós-Guerra Fria, encontrando na teoria crítica de Robert Cox um aporte metodológico que

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Pesquisador membro do Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais de Santa Maria, e 2º Secretário do Centro de Integração Latino-Americana; contato: junior\_bourscheid@hotmail.com.

possibilita otimizar os esforços de compreensão desta classe de período histórico. As relações internacionais da década de 1990 (1991 – 2001) são determinadas pela hegemonia estadunidense, sua institucionalização da ordem mundial, a nova hierarquização do poder global, o aprofundamento do processo de globalização liberal e a difusão de princípios universais para a manutenção desta nova estrutura histórica.

Em consonância com a abordagem coxiana, o artigo analisará duas teorias surgidas no centro hegemônico mundial e que fundavam-se em formulações universalistas de fenômenos particulares da ordem internacional, que repercutiram amplamente nos distintos meios acadêmicos, as teorias do “choque de civilizações” de Huntington (1997) e do “fim da história” de Fukuyama (2007), buscando legitimar a conservação dessa ordem.

Todavia, para apresentar uma concepção divergente da realidade internacional, segundo Cox (1986), é necessário concebê-la de modo factível em linhas de construção histórica que comportem a compreensão do processo histórico de relação das forças sociais que possibilitaram a configuração do arranjo internacional analisado. Para tais fins, utilizar-se-á a contribuição do historiador Eric Hobsbawm, em dois de seus trabalhos, que permitem explicitar um quadro histórico e analítico da ordem pós-Guerra Fria: *Era dos Extremos* (2005) e *Globalização, democracia e terrorismo* (2007).

Deste modo, aprecia-se o período do pós-Guerra Fria como exemplar ordem hegemônica coxiana, e o período posterior inaugurado com a resposta dos Estados Unidos aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 como o final desta ordem, quando o elemento consensual é suprimido em prol da ação intervencionista unilateral e preventiva da maior potência militar mundial.

## **2 A ORDEM MUNDIAL PÓS-GUERRA FRIA SEGUNDO A ABORDAGEM CRÍTICA COXIANA**

### **2.1 A teoria crítica internacional de Robert Cox**

O campo de estudo das relações internacionais esteve historicamente insulado das demais áreas de conhecimento, graças à força explicativa que as teorias clássicas – realista e liberal – ganharam nos distintos períodos históricos<sup>2</sup>. Consequentemente, os debates

---

<sup>2</sup> O ímpeto de se estabelecer uma área autônoma de pesquisa para os estudos das problemáticas internacionais emergiu após o final da Primeira Guerra Mundial, quando o *Royal Institute of International Relations* e a *London School of Economics* passam a estudar a guerra e a paz entre as nações. O malogro das tentativas de apaziguamento dos conflitos mundiais no período “entre guerras” (1919-1939), com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, levou a uma reavaliação da disciplina. Este texto foi publicado em: CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais Juiz de Fora Ano 7, Ed. 18 Set./Dez., 2014.

metodológicos que impunham aperfeiçoamentos e revisões às demais ciências humanas ficavam distanciados da área de relações internacionais, que até a década de 1980 mantinha perspectivas analíticas estáveis, pouco preocupadas com a necessidade de adaptação e aprimoramento.

Destarte, Robert Cox critica o positivismo das teorias de Relações Internacionais e seu esforço para formular “métodos científicos e neutros” (COX, 1986), afirmando que as teorias de ciências humanas são “para alguém e têm algum propósito. Todas as teorias têm uma perspectiva. As perspectivas derivam de uma posição no tempo e no espaço, especificamente tempo e espaço social e político” (COX, 1986, p. 124), negando assim a neutralidade do cientista social por este fazer parte de seu objeto de estudo.

É neste sentido que Cox (1986) diferencia duas categorias distintas de teorias de relações internacionais: a *teoria de solução de problemas* e a *teoria crítica*. As *teorias de solução de problemas* são as que “tomam o mundo como o encontram, com as relações sociais e de poder prevalentes, e as instituições nas quais elas estão organizadas, como o marco para a ação” (COX, 1986, p. 125). Portanto, estas teorias prescindem da possibilidade de transformação da ordem como alternativa para solucionar os desequilíbrios estruturais do sistema. “Dado que o esquema geral das instituições e das relações não está em questão, os problemas particulares devem ser considerados em relação com as áreas especializadas de atividade nas quais eles se apresentam” (COX, 1986, p. 125).

Por sua parte, a *teoria crítica* busca compreender as estruturas fundadoras da ordem vigente, questionando acerca do processo histórico pertinente às relações sociais e políticas necessárias para a conformação de tal ordem de fatores, não tomando-a como fato dado, mas sim construída historicamente, é dizer, relativa a um tempo e espaço específicos. Como consequência, “a teoria crítica permite uma opção normativa favorável a uma ordem social e política diferente da ordem prevalente, mas limita a margem de opções às ordens alternativas que são transformações viáveis do mundo existente” (COX, 1986, p. 128).

Suscita-se, assim, o debate permeando o positivismo nas teorias clássicas de relações internacionais, tendo na teoria crítica de Robert Cox o primeiro esforço profundamente comprometido na contestação de tais fatores e na exposição de uma alternativa viável às suas complicações. Cox retoma apontamentos da Escola de Frankfurt<sup>3</sup>, proeminentes críticos do

---

Guerra Mundial em 1939, fortaleceu as perspectivas teóricas afiliadas ao realismo político, pautando os principais debates teóricos até a década de 1960, entre o liberalismo (idealismo) e o realismo.

<sup>3</sup> Vivenciando a experiência dos grandes projetos coletivos da década de 1930, como o Nacional Socialismo alemão e o stalinismo, os pensadores da Escola de Frankfurt empenharam-se na elucidação dos rumos tomados pelo projeto iluminista no Ocidente, movido pelos esforços de busca do racionalismo nos estudos da realidade

positivismo nas ciências sociais da década de 1930, recorrendo a Adorno, Horkheimer e Benjamin para discutir a ideologização do positivismo e seu caráter pretensamente universalista, adaptando tais argumentos às circunstâncias da área de relações internacionais.

Adorno analisa o processo de mitificação do positivismo com o desenvolvimento da indústria cultural, transformando-o em ideologia conservadora, utilizando-se do “culto do *fato*” para apresentar-se como método mais coerente para a compreensão do mundo.

A nova ideologia tem por objeto o mundo como tal. Ela usa o culto do *fato*, limitando-se a suspender a má realidade, mediante a representação mais exata possível, no reino dos fatos. Nesta transposição, a própria realidade se torna um sucedâneo do sentido e do direito. Belo é tudo o que a câmera reproduz (ADORNO, 2009, p. 28).

A teoria está, neste caso, comprometida com a reprodução das formas de dominação que possibilitam a manutenção da estrutura histórica vigente. Claro está que para isto ocorrer, faz-se necessária a vontade da classe dirigente de transfigurar suas exigências de conservação em regras universais, com a aquiescência dos dominados. “Pela subordinação da vida inteira às exigências de sua conservação, a minoria que manda garante, além da própria segurança, a permanência do todo” (ADORNO, 1996, p. 49).

Benjamin, por sua vez, aponta para a necessidade que as teorias dominantes têm de apresentar seus métodos como inovadores para a análise de novos períodos, em clara contradição com seus preceitos básicos, recorrendo a elementos da proto-história para justificar tais aspirações, e tomando o passado recente como antiquado, desvencilhando-se, assim, deste período e de suas contradições.

(...) nessas imagens desiderativas aparece a enfática aspiração de se distinguir do antiquado – mas isto quer dizer: do passado recente. Tais tendências fazem retroagir até o passado remoto a fantasia imagética impulsionada pelo novo. No sonho, em que ante os olhos de cada época aparece em imagens aquela que a seguirá, esta última comparece conjugada a elementos da proto-história, ou seja, a elementos de uma sociedade sem classes. Depositadas no inconsciente da coletividade, tais experiências, interpenetradas pelo novo, geram a utopia que deixa o seu rastro em mil configurações da vida, desde construções duradouras até modas fugazes (BENJAMIN, 1991, p. 32).

Partindo desses apontamentos, percebe-se que as teorias utilizadas pelos poderes dominantes podem recorrer ao ahistoricismo, à proto-história e às formulações universalistas

---

humana, que culminaram com as abordagens totalitárias da realidade, circunstancialmente favorecidas pelas crises sócio-político-econômicas da década de 1930, fomentadoras dos projetos supracitados. Estes estudiosos despenderam seus esforços no esclarecimento dos riscos que tais perspectivas representavam à humanidade, apreciando no conservadorismo das ordens políticas um fator potencializador de tensões sociais.

como ferramentas para legitimar seus intentos de perpetuação da ordem estabelecida. Por conseguinte, uma perspectiva analítica que pretenda explicar períodos de transição, novas estruturas históricas, necessita atentar para a construção histórica de tal ordem de fatores. Neste sentido, a dialética configura-se como método aplicável aos esforços teóricos desta natureza. “Ao nível da história real, a dialética é a possibilidade de formas alternativas de desenvolvimento que surjam da confrontação de forças sociais opostas em alguma situação histórica concreta” (COX, 1986, p. 137).

De tal modo, concebe-se a imprescindibilidade da apreciação dialética da história para o modelo analítico aqui esboçado. Na acepção gramsciana, os empreendimentos conceituais que buscam compreender a realidade devem reconhecer a unidade histórica em que a realidade momentânea está imersa.

Se é necessário, no perene fluir dos acontecimentos, fixar conceitos, sem os quais a realidade não poderia ser compreendida, deve-se também – aliás, é imprescindível – fixar e recordar que realidade em movimento e conceito da realidade, se podem ser logicamente distinguidos, devem ser concebidos historicamente como unidade inseparável (GRAMSCI, 1978, p. 247).

Por outro lado, as teorias de solução de problemas, comprometidas com a conservação da ordem vigente, e sua adaptação aos desafios que se lhes apresentam, utilizam-se de variados artifícios de raciocínio, a fim de apresentar a ordem momentânea como fenômeno universal, eliminando de seu interior as contradições inerentes às relações sociais que a conformam. Esses artifícios “podem ser igualmente analisados como uma série de tentativas de nos distrair e nos desviar dessa realidade, ou de disfarçar suas contradições e resolvê-las na aparência de várias mistificações formais” (JAMESON, 1997, p. 95).

Consequentemente, essa categoria de teorias empenha-se em oferecer não uma visão orgânica da evolução histórica que desembocou na ordem vigente, senão que apenas utiliza-se dos momentos históricos que lhes convenha, não relacionando-os profundamente no tempo, e eliminando os momentos de contradição, proporcionando um quadro de “ruptura da cadeia de significação”. “Com a ruptura da cadeia de significação, o esquizofrênico se reduz à experiência dos puros significantes materiais, ou, em outras palavras, a uma série de puros presentes, não relacionados no tempo” (JAMESON, 1997, p. 53).

Cabe ressaltar que a abordagem coxiana compromete-se com a transformação, com a emancipação e com o fortalecimento da dimensão ética nas relações internacionais. Consequentemente:

A teoria crítica ganhou força como uma perspectiva adequada a um período de transição para uma nova ordem mundial. Ela é, bem entendido, uma teoria *interessada* na emancipação e tem um claro conteúdo normativo que a torna objeto de constantes críticas das teorias positivistas. Ainda assim, sua análise do período de transição é bastante aguçada e convincente porque consegue formular um modelo que contempla uma das características mais marcantes e, ao mesmo tempo, mais complicadas das relações internacionais de hoje: a diluição da fronteira entre os espaços doméstico e internacional (MESSARI & NOGUEIRA, 2005, p. 147)

Portanto, surgem quatro pontos essenciais, nos quais a abordagem da teoria crítica é potencialmente mais esclarecedora em relação às teorias de solução de problemas: 1 – vê o conflito como provável causa de uma alteração estrutural, e não como consequência de uma estrutura contínua; 2 – concebe as relações de poder na esfera internacional como verticais, dado seu enfoque sobre o imperialismo, contrariando a dinâmica de rivalidade horizontal marcante nas abordagens realistas; 3 – apoiando-se na concepção de Gramsci da relação recíproca entre estrutura e superestrutura, possibilita-se a consideração do complexo Estado/sociedade como ator participante da ordem mundial, a fim de explorar as formas históricas particulares que este complexo toma, contrapondo-se assim à premissa realista de separação da política doméstica da internacional; e 4 – dá enfoque aos processos de produção como elementos fundamentais para a explicação das formas históricas particulares tomadas pelos complexos Estado/sociedade, enquanto teorias de solução de problemas, fundadas sob o realismo, os consideram elementos das políticas de poder nacionais, pautadas pelo interesse nacional (COX, 1986, pp. 138-139).

Na abordagem coxiana de Relações Internacionais, uma teoria que visa explicar uma estrutura histórica deve levar em conta três categorias de forças potenciais, que interagem no seu interior: capacidades materiais, ideias e instituições. “Nenhum determinismo de um só caminho deve ser assumido entre essas três categorias; as relações podem ser assumidas de maneira recíproca” (COX, 1986, p. 142).

As capacidades materiais referem-se aos potenciais tanto produtivos quanto destrutivos, englobando capacidades tecnológicas e de organização, capacidades acumuladas como os recursos naturais que podem ser transformados com a utilização da tecnologia disponível, além de estoques de equipamentos como as indústrias e os armamentos, ademais do agregado de riquezas disponíveis (COX, 1986).

As ideias dividem-se em dois conjuntos. O primeiro consiste em pensamentos intersubjetivos, as noções compartilhadas da natureza das relações sociais tendentes à perpetuação de hábitos e expectativas de conduta. O segundo diz respeito às imagens coletivas da ordem social que os diferentes grupos têm. São perspectivas diferentes, tanto da

natureza e legitimidade das relações de poder, quanto das noções de justiça e bem público, dentre outras (COX, 1986). “A colisão de imagens coletivas rivais proporciona evidências sobre a possibilidade de formas alternativas de desenvolvimento e sugere questões tais como a possível base material e institucional para que surja uma estrutura alternativa” (COX, 1986, p. 144).

E a institucionalização é vista como meio para estabilizar e perpetuar uma ordem particular. Conseqüentemente, as instituições refletem as relações de poder predominantes em seu ponto de origem e tendendo (ao menos inicialmente) a apoiar imagens coletivas que consistem com estas relações de poder. As instituições podem, eventualmente, assumir uma vida própria, podendo converter-se em campo de tendências opostas ou então as instituições rivais podem refletir tendências diferentes. “As instituições são amálgamas particulares de ideias e poder material que, por sua vez, influenciam o desenvolvimento de ideias e capacidades materiais” (COX, 1986, p. 144).

Cabe agora utilizarmos este arcabouço teórico para a análise do período pós-Guerra Fria, buscando compreender sua lógica hegemônica e a construção histórica deste período, bem como suas implicações para o período posterior. Analisar-se-ão também duas concepções divergentes deste período, surgidas no seio da potência hegemônica e como a teoria crítica coxiana fornece aportes teóricos consistentes para o empreendimento aqui realizado.

## **2.2 ORDEM MUNDIAL PÓS-GUERRA FRIA: HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS E NOVOS DESAFIOS E PERSPECTIVAS AOS ESTADOS-NAÇÕES**

Desde a década de 1970, as relações internacionais começaram a presenciar a intensificação do processo de corrosão das estruturas estatais, inaugurando percepções pessimistas quanto à intangibilidade do Estado em relação aos demais atores internacionais. O aprofundamento das assimetrias internas e internacionais, a crescente preocupação com o meio ambiente, com a cultura, a ascendente relevância da opinião pública para as relações internacionais, o acirramento da pobreza, o terrorismo transnacional, a complexificação da luta de classes, o reavivamento do nacionalismo e do autoritarismo, além do aprofundamento da alienação, com o desenvolvimento decisivo da indústria cultural, são todos fenômenos que testemunham a conformação de novos desafios aos Estados.

No entanto, todos estes processos prejudiciais ao Estado-nação eram encobertos pela manutenção da ordem bipolar, marginalizando-os às teorias contestatórias, ficando ausentes dos debates centrais das relações internacionais, pautados pelas teorias dominantes,

essencialmente o neo-realismo. Cox (1986, p. 129) assinalava que “os períodos de aparente estabilidade ou firmeza nas relações de poder favorecem o enfoque de resolução de problemas. A Guerra Fria foi um desses períodos”. Conforme tal abordagem, as relações internacionais seguiam pautadas pela busca de maximização do poder – no caso das potências – ou manutenção da sobrevivência – relativa aos Estados débeis –, seguindo linhas estritamente estatais.

Com o abrupto fim deste ordenamento mundial, após o esfacelamento da União Soviética – uma das superpotências que sustentavam esta ordem –, advindo da rápida erosão interna do socialismo soviético, reforçada pelos constrangimentos externos da corrida bipolar pela supremacia, surgiram questionamentos acerca da nova configuração do poder mundial. Inaugurava-se um arranjo internacional completamente distinto daqueles que balizavam as teorias clássicas. Segundo o historiador Eric Hobsbawm:

(...) pela primeira vez em dois séculos, faltava inteiramente ao mundo da década de 1990 qualquer sistema ou estrutura internacional. O fato mesmo de terem surgido, depois de 1989, dezenas de Estados territoriais sem qualquer mecanismo independente para determinar suas fronteiras – sem querer terceiras partes aceitas como suficientemente imparciais para servir de mediadoras gerais – já fala por si. Onde estava o consórcio de grandes potências que antes estabelecia, ou pelo menos ratificava, fronteiras contestadas? (HOBSBAWM, 2005, pp. 537-538).

A falência de parcela considerável dos Estados nacionais, em termos políticos, econômicos ou estratégicos, imprimiu perturbações adicionais às potências mundiais. A violência política teve fôlego renovado em vastas regiões de países dependentes<sup>4</sup>, ampliada pela incapacidade dos Estados de manterem o monopólio dos meios coercitivos, ou ao menos de conter efetivamente os grupos armados, restringindo o impacto de suas ações.

Todas essas coisas (...) parecem refletir os profundos desequilíbrios sociais causados em todos os níveis da sociedade pelas alterações mais rápidas e intensas jamais experimentadas pela humanidade, social e individualmente, dentro do período de vida de um ser humano. Elas parecem refletir uma crise dos sistemas tradicionais de autoridade, hegemonia e legitimidade do Ocidente e sua dissolução no Oriente e no Sul, assim como uma crise dos movimentos tradicionais que pretendiam proporcionar alternativas a eles. Elas têm sido exacerbadas pelos fracassos da

---

<sup>4</sup> O termo é utilizado no sentido proposto e desenvolvido por Robert Cox (1986, 1993) quando o autor aborda a hierarquização crescente da ordem mundial, que estaria pautada por uma diferenciação entre as potências dominantes e as demais nações dominadas, ou dependentes. Algumas potências dominantes possuiriam maiores capacidades e recursos para atuarem no cenário internacional. Do mesmo modo, algumas das nações dependentes também possuiriam capacidades e recursos maiores que as demais nações dependentes, permitindo-lhes alguma forma de barganha e maior presença e atuação no sistema internacional. Contudo, o grande traço diferencial entre ambas as categorias de nações é a sua capacidade efetiva de influenciar os rumos da estruturação do ordenamento internacional (COX, 1986).

descolonização em certas regiões do mundo e pelo fim de um sistema internacional estável (...) desde o colapso da União Soviética. E elas se revelarão estar além dos poderes utópicos dos neoconservadores e neoliberais que acreditam na exportação dos valores liberais do Ocidente por meio da expansão dos mercados e das intervenções militares (HOBSBAWM, 2007, p. 137).

O que Hobsbawm define como sistema internacional estável pode ser classificado como sistema internacional previsível, na acepção coxiana. Não é dizer que a década de 1990 não apresentou uma escalada conflituosa internacional, mas sim que verificou-se aumento da violência em termos absolutos, todavia, que os distintos conflitos civis ou internacionais não afetaram profundamente a estruturação hegemônica estadunidense.

Retomando os apontamentos de Cox, ao analisarmos o período do pós-Guerra Fria como marcado pela hegemonia dos Estados Unidos, faz-se necessária a apreciação dos fatores estruturantes de uma hegemonia internacional, e como esta se deu entre 1991 e 2001. O conceito coxiano de hegemonia fundamenta-se no principal teórico deste fenômeno, o cientista político italiano Antonio Gramsci, que classificou tal aspecto das relações sociais do seguinte modo:

O exercício “normal” da hegemonia no terreno que se tornou clássico do regime parlamentar está caracterizado por uma combinação da força e do consenso que se equilibram, sem que a força supere demasiado ao consenso, exceto que apareça apoiada pelo consenso da maioria expressado pelos chamados órgãos da opinião pública (...). Entre o consenso e a força está a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica em que o emprego da força apresenta demasiados perigos), ou seja, o debilitamento e a paralisia provocada ao antagonista ou aos antagonistas constringendo seus dirigentes, encobertamente no geral, abertamente no caso do perigo advertido a fim de disseminar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias (GRAMSCI, 1999a, p. 124).

Deve-se observar que há uma estreita relação entre a institucionalização coxiana e o conceito de Gramsci de hegemonia. Segundo Cox (1986), as instituições são provedoras de modos distintos para o enfrentamento dos conflitos e, conseqüentemente, a minimização do uso da força. Deste modo, quando uma potência concebe sua missão como hegemônica, e não simplesmente dominante ou ditatorial, então “se deseja fazer concessões que possam assegurar a aquiescência do débil com relação a sua liderança e se pode expressar sua liderança em termos de interesses universais e gerais, mais que como mero apoio a seus próprios interesses particulares” (COX, 1986, p. 145).

A hegemonia mundial é descritível como uma estrutura social, uma estrutura econômica, e uma estrutura política, e não pode ser simplesmente uma dessas coisas, mas tem de ser todas as três. A hegemonia mundial, além disso, é expressa em normas universais, instituições e mecanismos que estabelecem regras gerais de

conduta para os Estados e para as forças da sociedade civil que atuam além das fronteiras nacionais - regras que apóiam o modo de produção dominante (COX, 1993, p. 62).

Neste âmbito, ao examinarmos os governos de George Bush (1989-1993) e Bill Clinton (1993-2001), compreendemos que ambos atuaram internacionalmente de modo a manter e intensificar a hegemonia estadunidense. Ao tomarmos o conceito de hegemonia de Gramsci, adaptado por Cox para a análise internacional, percebemos que os Estados Unidos na década de 1990 utilizaram-se dos dois tipos de recursos de poder necessários a uma potência hegemônica, tanto o consenso quanto a coerção. O pensamento coxiano concebe tais recursos enquanto imprescindíveis a uma ordem hegemônica:

Na medida em que o aspecto consensual de poder está na vanguarda, a hegemonia prevalece. A coerção é sempre latente, mas só é aplicada em casos marginais, desviantes. A hegemonia é suficiente para assegurar a conformidade do comportamento na maioria das pessoas, na maioria das vezes (COX, 1993, p. 52).

Ações militares como na Guerra do Golfo (1990-1991), na Guerra da Bósnia com os ataques aéreos de 1994 e a resolução diplomática com o Acordo de Dayton (1995), na Guerra do Kosovo com os ataques aéreos de 1999 que levaram da mesma forma a retomada das conversações diplomáticas, são todos exemplos de momentos em que após as tentativas de mediar conflitos com considerável potencial de expansão para as regiões mais próximas, utilizaram-se meios de coerção – intervenção militar nas áreas de conflito – e posterior retorno do diálogo diplomático (HOBSBAWM, 2007).

Em alguns momentos, premidos pelas circunstâncias, os Estados Unidos efetivamente intervieram, como no caso da Guerra do Golfo, quando encabeçaram uma coligação internacional que expulsou Saddam Houssein do Kuwait. Esta mesma ação pôde ser verificada na Guerra da Bósnia, que se arrastava há muitos anos e que, só depois de uma intervenção mais energética norte-americana, se obteve uma trégua temporária, mas garantida pela presença de tropas americanas na área. Da mesma maneira, os Estados Unidos também intervieram em crises de outras naturezas – econômicas – como no caso do México, no final de 1994 e começo de 1995, e também por meio do Fundo Monetário Internacional, para socorrer as economias asiáticas submetidas a fortes pressões especulativas e que levaram à sua desestabilização durante o ano de 1997 (PEIXOTO, 2002, p. 45).

A atuação internacional dos Estados Unidos como potência hegemônica, concomitante à sua auto-concepção enquanto baluarte da nova ordem mundial, pode ser explicada por duas das categorias analíticas coxianas: capacidades materiais e ideias. Apenas uma nação que dispusesse de amplos recursos financeiros, capacidade militar e tecnológica poderia intervir

estrategicamente nos conflitos da década de 1990. Segundo Hobsbawm (2007), os Estados Unidos tinham, além das capacidades materiais necessárias, “interesses verdadeiramente globais”, colocando-os em posição pró-ativa na resolução das tensões internacionais.

Entretanto, o historiador adverte que nem mesmo a superpotência solitária teria a capacidade de controlar por um período duradouro a ordem internacional. “O mundo é demasiado grande, complexo e plural. Não existe nenhuma probabilidade de que os Estados Unidos, ou qualquer outra potência singular, possam estabelecer um controle duradouro, mesmo que o desejassem” (HOBSBAWM, 2007, p. 29).

É neste sentido que se fazem necessárias à potência hegemônica a universalização de ideias que direcionem as ações dos atores internacionais, nos limites por ela previstos. A institucionalização das ideias as legitimam, normatizando seu predomínio na nova hierarquia global. Conseqüentemente, as organizações internacionais são ferramentas sobremaneira úteis para a potência hegemônica estabilizar sua dominação.

Entre as características da organização internacional que expressam o seu papel hegemônico estão as seguintes: (1) elas incorporam as regras que facilitam a expansão das ordens mundiais hegemônicas; (2) são elas mesmas o produto da ordem mundial hegemônica; (3) ideologicamente legitimam as normas da ordem mundial; (4) cooptar as elites dos países periféricos; e (5) absorvem idéias contra-hegemônicas (COX, 1993, p. 62).

No âmbito econômico, a doutrina do livre mercado e da globalização benéfica foram as ideias universalistas que permearam a ação internacional da potência hegemônica. Aos países dependentes, de modo mais intenso na América Latina e as antigas repúblicas soviéticas (exceto a Rússia), as políticas neoliberais – advindas do Consenso de Washington<sup>5</sup> – tornaram-se receituário fundamental para as economias que quisessem equilibrar suas finanças, por meio de empréstimos aos órgãos financeiros internacionais e, por conseguinte, serem aceitas no escopo da globalização liberal. Cria-se, assim, um mecanismo profundamente eficaz para a dominação econômica destas regiões (HOBSBAWM, 2005).

---

<sup>5</sup> Em novembro de 1989 é formulado o chamado Consenso de Washington, no qual relevantes instituições com sede nesta cidade (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Departamento do Tesouro dos Estados Unidos), elaboram um planejamento de ação para as economias em desenvolvimento. Essas diretrizes visavam o apaziguamento da onda de crises que ocorria nestes países, baseados nos pressupostos de uma nova forma de política econômica (já surgida após a crise do petróleo de 1973-1974), o neoliberalismo. Dentre as principais medidas indicadas destacam-se: a disciplina fiscal; a redução dos gastos públicos; a reforma tributária; os juros de mercado; o câmbio livre de mercado; a abertura comercial; a intensificação dos investimentos estrangeiros diretos, com eliminação de restrições; a privatização das estatais; a flexibilização das leis trabalhistas; e a regulamentação do direito à propriedade intelectual (HOBSBAWM, 2005).

Cox observa como inegável a dominação exercida pelas economias das nações desenvolvidas sobre as nações subordinadas. O fator agravante neste fenômeno é a discrepância entre as economias subordinadas, relativas ao seu contexto histórico-espacial, que determinam distintas reações ao ímpeto dominador. “A vida econômica das nações subordinadas é penetrada por (...) a de nações poderosas. Isto é ainda mais comprometedor pela existência dos países de estruturalmente diversas regiões, que possuem padrões distintos de relação às forças externas” (COX, 1993, p. 59). É neste contexto que fortificam-se os argumentos universalistas, tornados essenciais para a ampla dominação econômica dos países subordinados.

Apresenta-se a lógica da liberalização comercial como imprescindível para o êxito dessas economias. No entanto, para que a liberalização não seja prejudicada pelos desequilíbrios dos períodos anteriores, essas economias devem se estabilizar, recorrendo aos fundos internacionais para tanto. Estes recursos, provenientes das instituições comandadas pelas potências econômicas como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, são disponibilizados apenas após a adoção de políticas de ajustes de corte neoliberal. Lograda a estabilização, o país recebe crescente fluxo de capitais das grandes corporações transnacionais, e como sua base de políticas sociais fora profundamente alterada pelos ajustes anteriores, emergem as problemáticas do subemprego, das más condições de trabalho e do desemprego (HOBBSAWM, 2005).

A rápida expansão das políticas de ajustes neoliberais para os países dependentes entre o final da década de 1980 e a de 1990, em consonância com as necessidades apresentadas pela globalização liberal a estes países, concatena com os aportes coxianos. Primeiramente, há de se observar que seus resultados ficaram aquém do esperado. Abordando o caso das ex-repúblicas soviéticas, Hobsbawm (2005, p. 542) aponta que:

(...) quando se fizeram tentativas para instituir-se de uma hora para outra, essas economias de *laissez-faire* em substituição às antigas economias soviético-socialistas, através de “terapias de choque” recomendadas por assessores ocidentais, os resultados foram economicamente apavorantes, e política e socialmente desastrosos. As teorias em que se baseava a teologia neoliberal, embora elegantes, pouca relação tinham com a realidade.

O grande problema, segundo Hobsbawm (2005), residia na perpetuação e acirramento das desigualdades socioeconômicas. Os principais exemplos bem sucedidos das políticas de industrialização globalizante – Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coreia do Sul – representam menos de 2% da população dos países dependentes. Com a liberdade crescente para os

movimentos de capitais, estes fluíam naturalmente para as regiões mais lucrativas, no caso do capital produtivo, para os países pobres onde a mão de obra era mais barata.

Deste fenômeno, surgiam duas complicações: “a transferência de empregos de regiões de altos salários para outras de baixos salários e, com base em princípios de livre mercado, a queda de salários nas regiões de altos salários, sob a pressão da competição salarial global” (HOBSBAWM, 2005, p. 550). O que o otimismo liberal não conseguiu visualizar adequadamente foi o ator beneficiado com essas novas relações econômicas.

À medida que as economias nacionais se integraram mais na economia mundial, foram as maiores e mais avançadas empresas as que se adaptaram melhor às novas oportunidades. Um novo eixo de influência vinculou as redes de política internacional com as agências centrais chave dos governos e com os grandes negócios. Esta nova estrutura corporativa informal eclipsou o mais antigo corporativismo nacional formalizado e refletiu na dominação do setor orientado para a economia mundial sobre o setor orientado mais nacionalmente na economia de um país (COX, 1986, p. 168).

Tais ajustes estruturais foram possíveis apenas com a anuência das elites locais, em um claro processo de “revolução passiva”. Gramsci apreciou tal fenômeno no caso das inovações institucionais italianas, não obstante, esclarecendo que sua validade é extensiva aos casos relativos a condições similares.

O conceito de revolução passiva parece-me preciso não somente para a Itália, mas também para os demais países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino (GRAMSCI, 1999b, pp. 216-217).

Este conceito gramsciano, ao ser empregado por Cox, refere-se ao cenário em que sociedades importam – ou lhes são impostos – aspectos de um ordenamento criado no exterior, sem que a sua ordem antiga tenha sido deslocada. Assim sendo, essas sociedades apanham-se numa dialética de revolução-restauração, que tende a bloquear-se de maneira que nem as novas forças, tampouco a tradição, poderiam vencer.

Nestas sociedades, a nova burguesia industrial não conseguiu alcançar a hegemonia. O impasse resultante com as classes sociais dominantes tradicionais criou as condições que Gramsci chamou de “revolução passiva”, a introdução de alterações que não envolvam qualquer excitação das forças populares (COX, 1993, p. 54).

Para Cox (1986), esse rearranjo da economia mundial acarretou reformulações nas relações das classes sociais. No topo da estrutura global de classes, estaria a classe administradora transnacional, com um conjunto próprio de ideologia, estratégia e instituições  
CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais Juiz de Fora Ano 7, Ed. 18 Set./Dez., 2014.

visando à ação coletiva. Seus principais expoentes organizativos seriam a Comissão Trilateral<sup>6</sup>, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico<sup>7</sup>, e por meio destas, empreende seu esforço de internacionalização do Estado, utilizando-se do rol de políticas neoliberais para adentrar nos países dependentes, tendo estas políticas como fatores imprescindíveis para a concessão de empréstimos por meio das instituições supracitadas.

Posteriormente aparece a classe dos capitalistas nacionais, distintos da classe transnacional. Como reflexo da expansão do capital e da produção internacional, sua postura foca-se no protecionismo e no desejo de utilizar-se do Estado como agente central da economia nacional independente, e quando isto não é possível, utiliza-se da “oportunidade de preencher nichos desejados pela produção internacional em uma relação simbiótica subordinada com os anteriores” (COX, 1986, p. 173).

Figuram, então, os trabalhadores industriais, que passaram por um duplo processo de fragmentação. O primeiro diz respeito à separação entre o *trabalho estabelecido*, onde os trabalhadores conseguiram relativa segurança e estabilidade em seus empregos, tendo também algumas perspectivas de evolução nas suas carreiras, com certo grau de especialização e organização sindical, e o *trabalho não estabelecido*, em que os trabalhadores não contam com a mesma segurança em seus empregos, sem perspectivas de evolução na carreira e são relativamente menos especializados, enfrentando grandes obstáculos para a conformação efetiva de sindicatos.

O segundo processo de fragmentação dos trabalhadores industriais refere-se à separação entre os envolvidos na produção com capital nacional e com o capital internacional. Os trabalhadores do setor de capital nacional estão potencialmente mais suscetíveis à influência do protecionismo e do capital nacional, enquanto os trabalhadores do setor de capital internacional são “aliados potenciais do capital internacional” (COX, 1986, p. 174). Ocorre, assim, a “criação de um corporativismo empresarial, no qual ambas as partes percebem seus interesses como resultado da expansão contínua da produção internacional” (COX, 1986, p. 175).

---

<sup>6</sup> Fórum de discussão privado, constituído por nomes proeminentes do empreendedorismo mundial, visando debater perspectivas econômicas e políticas para o capitalismo mundial, sendo formado por membros da América do Norte, Europa e Ásia/Oceania.

<sup>7</sup> Fundada em 30 de setembro de 1961, é formada atualmente por 33 países membros, comprometidos com os princípios da democracia representativa, da economia de livre mercado, buscando conformar uma plataforma de políticas econômicas compartilhadas que permitam solucionar problemas comuns e coordenar políticas públicas domésticas e internacionais.

É necessário observar ainda a crescente relevância adquirida pelo trabalho não estabelecido, na lógica da globalização do capital, tornando-se importante fonte de mão de obra para o investimento externo direto nos países pobres.

O trabalho não estabelecido adquiriu uma importância particular na expansão da produção internacional. Os sistemas de produção são desenhados de tal modo que se possa utilizar uma recente proporção de trabalhadores semi-especializados (e, em consequência, frequentemente não estabelecidos) em relação com os especializados (e estabelecidos) (COX, 1986, p. 175).

Outra ideia amplamente difundida pela potência hegemônica, que se tornou diretriz e justificativa para parcela considerável das intervenções militares externas, e se institucionalizou com amplo apoio do conjunto das potências mundiais, foi a disseminação dos princípios de direitos humanos e da democracia liberal.

Eric Hobsbawm abordava o empreendimento estadunidense de democratização de amplas regiões de países dependentes como um fenômeno perigoso para a estabilidade das relações internacionais. Suas consequências são demasiado obscuras e seus resultados previstos baseiam-se em argumentos difíceis de serem sustentados com o desenvolvimento das estruturas históricas ao longo do tempo.

Estamos atualmente engajados no que pretende ser um reordenamento planejado do mundo, protagonizado pelos países poderosos. As guerras do Iraque e do Afeganistão são apenas uma parte de um esforço supostamente universal de criação de uma nova ordem mundial por meio da “disseminação da democracia”. Essa ideia não é apenas quixotesca: é perigosa. A retórica que envolve essa cruzada implica que tal sistema é aplicável de forma padronizada (ocidental), que pode ter êxito em todos os lugares, que pode remediar os dilemas transnacionais do presente e que pode trazer a paz, em vez de semear a desordem. Não é verdade (HOBSBAWM, 2007, p. 116).

Concomitantemente, a universalização dos direitos humanos é outro fator agravante, potencialmente conflituoso, sobretudo por sua utilização como apologia para o uso do poderio militar dos Estados Unidos. Hobsbawm, comparando a ideologia dos direitos humanos com a da abolição do tráfico de escravos pela Grã-Bretanha do século XIX, aponta as implicações que tal ideia pode tomar.

(...) a abolição do tráfico de escravos foi usada como justificativa para o poder naval britânico, assim como os direitos humanos são hoje utilizados com frequência para justificar o poder militar dos Estados Unidos. Por outro lado, os Estados Unidos, como a França e a Rússia revolucionárias, são uma grande potência que tem por base uma revolução universalista – e, por conseguinte, crê que o resto do mundo deveria seguir seu exemplo e que deve até ajudar a libertar o resto do mundo. Poucas

coisas pode haver que sejam tão perigosas quanto os impérios que buscam satisfazer seus próprios fins acreditando que estão fazendo um favor à humanidade (HOBSBAWM, 2007, p. 155).

Os limites à concatenação no uso do consenso e da coerção, quando da perpetração de projetos universais, apresentaram-se à potência hegemônica com a atuação do terrorismo internacional, que lhe permitiu a alteração de seu padrão de dominação, empregando os meios coercitivos de modo preventivo.

As recentes atitudes do governo norte-americano e o surgimento da já denominada “Doutrina Bush” – a guerra preventiva, a utilização da força, mesmo sem mandato internacional ou com fraco apoio externo, e a manutenção a qualquer custo da unipolaridade estratégica (leia-se superioridade militar incontestável dos Estados Unidos) – levam-nos a adotar um critério analítico tentador, mas, talvez seja nas atuais circunstâncias, parcial e equivocado, pois estamos, mais do que nunca, no mais aberto e desabusado reino do interesse nacional. Nunca os diferenciais de poder de um país perante os demais, coligados ou não, foram tão grandes (PEIXOTO, 2002, p. 37).

Contudo, apresentando um quadro analítico geral, Ayerbe (2005) concebe a transição da hegemonia dos Estados Unidos para um período de busca de afirmação unipolar, inaugurado com as respostas aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, discernindo a crise hegemônica estadunidense das transições hegemônicas anteriores, expondo quatro situações específicas que distinguem este momento.

1) A potência em declínio não tem concorrentes no campo militar, mas tornou-se dependente, na administração do seu poder, de recursos financeiros de outros centros de acumulação de capital, marcadamente Europa ocidental e Japão. 2) Diferentemente do processo de globalização das últimas décadas do século XIX, em que os Estados-nação eram protagonistas fundamentais da internacionalização do capital, há uma diminuição do seu poder em detrimento do setor privado transnacional. 3) Em comparação ao aumento dos conflitos sociais que acompanhou os períodos de transição holandesa e britânica, especialmente os vinculados à luta antiescravista e ao movimento operário, os autores identificam uma perda conjuntural de poder dos movimentos sociais. No entanto, os efeitos estruturais desagregadores da atual configuração global criam novas fontes de conflito para as quais não existe capacidade adequada de resposta. 4) Nas transições hegemônicas anteriores, a emergência de uma nova potência precipitou o desmoronamento do antigo poder: Inglaterra em relação à Holanda, Estados Unidos em relação à Inglaterra. Embora os autores coloquem em evidência a crescente expansão econômica do Leste da Ásia, isto não configura uma ameaça ao poderio militar estadunidense. Esta situação impõe uma marca peculiar à atual mudança no sistema mundial, cujo desfecho poderá ser mais ou menos problemático dependendo da atitude dos Estados Unidos (AYERBE, 2005, pp. 333-334).

Do ponto de vista político, a ordem do pós-Guerra Fria pautou-se por uma agenda expansiva de questões fundamentais ao debate internacional. Destarte, ressalta-se a

inexistência de contraposição à reconfiguração do poder mundial, centrado nos Estados Unidos, não havendo oposição real que revivesse os antigos equilíbrios de poder. Não que os Estados Unidos submetessem as demais potências ao seu poderio absoluto, e sim que estas potências não se engajavam na contra-hegemonia, cabendo aos Estados Unidos edificarem uma nova ordem, e agirem internacionalmente a fim de mantê-la quando ameaçada.

A longa década de 1990 (...) viu, enfim, uma frente democrática e liberal liderada pelos Estados Unidos batalhando no Iraque, na Sérvia ou no Afeganistão, onde as outras potências preferiram acomodar-se aos Estados Unidos, no lugar de buscar alguma forma de equilíbrio entre si, influenciando neste processo, pelo qual provavelmente não sentiram ameaçados seus interesses vitais (GHOTME, 2011, p. 50)

Recordemos Cox e Hobsbawm quando estes autores elencam os principais desafios ao Estado nas relações internacionais pós-Guerra Fria. Todos dizem respeito a ameaças ao conceito clássico de soberania, norteador fundamental das relações internacionais desde a Paz de Vestfália (1648) – e, por conseguinte, das teorias clássicas da área –, e ditaram o relacionamento entre os Estados Unidos e as potências emergentes no novo cenário internacional, principalmente quando a superpotência agiu em países subordinados em prol de ajustes pertinentes aos ideários dos direitos humanos.

O governo chinês desafiou estas regras do jogo mundial, no que concerne à concepção da soberania como algo contingente, crença que no Ocidente se reforçou desde a década de 1990 pelas múltiplas intervenções internacionais justificadas em nome da defesa dos direitos humanos e a ajuda humanitária no Sudão, Somália, Haiti ou Bósnia (...), ou na busca de terroristas, ditadores sanguinários ou Estados que produzem e comercializam armas de destruição em massa; em todos estes casos, a China e outras potências emergentes, como o Brasil, a Índia, a África do Sul, e agora a Turquia, opuseram-se às medidas do Conselho de Segurança da ONU referentes às violações dos direitos humanos na Birmânia, Sri Lanka, Sudão ou Zimbábue (...) (GHOTME, 2011, p. 52).

O fator nocivo deste cenário é a intensificação das possibilidades de ameaças e vulnerabilidades enfrentadas pelas potências para afirmarem seu poder e influência. Isto se dá pelo transbordamento das capacidades materiais (principalmente das com poder destrutivo) para muitos atores, incorporando organizações globais, corporações transnacionais, terroristas ou Organizações Não Governamentais, ademais de outros Estados que incrementaram suas capacidades em termos absolutos (GHOTME, 2011). “O sistema mantém um caráter hierárquico, mas apresenta uma maior dispersão do poder. A hegemonia vai se desestruturando e com ela produzem-se mudanças no poder relativo dos Estados principais” (CASTRO & PIRES, 1991, p. 86).

CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais Juiz de Fora Ano 7, Ed. 18 Set./Dez., 2014.

Se, por um lado, a China tornava-se crescentemente foco das atenções dos Estados Unidos para sustentarem seu poderio hegemônico, por outro, mantinha-se a percepção do potencial contestatório relativo à Rússia, essencialmente em seu espaço próximo de projeção de poder. Estes foram argumentos que possibilitaram a manutenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)<sup>8</sup>, mesmo após o fim da Guerra Fria.

Se o desaparecimento do soviétismo deu muito maior jogo à OTAN, a importância estratégica da Rússia não foi, todavia, passada por alto. Por razões táticas e estratégicas, os atlânticos nunca duvidaram de seu peso na arena internacional. Isto explica a criação, em 1991, do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (COCONA), no qual os antigos membros do Pacto de Varsóvia se aliaram junto com os da OTAN num acordo de assistência mútua, cooperação e colaboração comprometendo-se a respeitar as fronteiras dos Estados membros. A COCONA tendeu, sem dúvida alguma, a equilibrar o jogo de forças entre uma potência em declínio, a Rússia, e a OTAN, equilíbrio que tornava-se essencial, especialmente no marco da integração da Alemanha Oriental com a Federal (ALDÁS, 2011, p. 35).

Outro norteador para a definição das potências na ordem pós-Guerra Fria é a capacidade tecnológica, preponderante para a renovação econômica e produtiva, induzindo ao acréscimo ou decréscimo dos níveis de poder material das potências, posicionando-as de forma superior ou inferior na hierarquia do poder mundial. Alessandro Eugenio Pereira utiliza-se do pensamento de Joseph Nye Jr. para apresentar um painel analítico da produção ligada a informação, no Sistema Internacional pós-Guerra Fria.

Para determinar o impacto da revolução da informação sobre os países, Nye Jr. considerou relevante examinar a capacidade de coletar e produzir informação nova que exige grandes investimentos. A capacidade dos americanos, da Grã-Bretanha, da França e da Rússia na alocação desses investimentos é muito superior às demais nações. A informação nova está associada ao papel dos pioneiros, responsáveis pela criação de padrões e pela arquitetura dos sistemas de informação. Nesse campo, também, os Estados Unidos estão entre os principais responsáveis pelo desenvolvimento de sistemas de informação, o que assegura sua liderança e predomínio (PEREIRA, 2011, p. 248).

Nestas perspectivas, o cenário político global pós-Guerra Fria pode ser traçado nas seguintes linhas-mestras: 1) hierarquização profunda com a supremacia dos Estados Unidos; 2) as demais potências – Inglaterra, Alemanha, França, Rússia, China e Japão – não operam de modo contestatório, apenas o fazem quando seus interesses são afetados; 3) transbordamento de poder, nos espaços em que a atuação das potências é apenas reativo, oferecendo possibilidades de projeção de poder às potências emergentes e países

---

<sup>8</sup> Aliança militar estabelecida em 1949, entre nações da América do Norte e Europa Ocidental, a fim de conter o afã expansionista soviético e estabilizar o ordenamento mundial emergido com o fim da Segunda Guerra Mundial. Em 1955 sobreviria a contestação do bloco soviético com a conformação do Pacto de Varsóvia.

subordinados; 4) ampla utilização das instituições internacionais, tanto como legitimadoras das políticas universais da potência hegemônica, quanto como espaço de contra-hegemonia para as demais nações.

### **2.3 Entre o otimismo e pessimismo das abordagens hegemônicas: o “fim da história” e o “choque de civilizações”**

A conformação da ordem pós-Guerra Fria, motivada pela derrocada da União Soviética, fez com que surgissem teorias advindas da potência hegemônica que intentavam caracterizar o novo momento das relações internacionais como uma reviravolta nos rumos mundiais, retomando debates que marcaram períodos anteriores. Observa-se a polarização dessas tendências analíticas, diametralmente opostas quanto às expectativas das implicações dos novos arranjos internacionais para o aprofundamento do conflito ou da cooperação, da guerra ou da paz.

Dados os limites deste trabalho, considerar-se-ão duas teorias surgidas neste contexto, o “fim da história” de Fukuyama (2007) e o “choque de civilizações” de Huntington (1997). Ambas as perspectivas analíticas permearam-se pelos elementos constituintes do que Cox (1986) classificou como teorias de solução de problemas.

O fim da Guerra Fria e a superação da bipolaridade pelos Estados Unidos aprofundaram as crenças globalizantes de que o triunfo do liberalismo, do capitalismo e da democracia eram inevitáveis no mundo pós-Guerra Fria. Este novo período histórico “traduzir-se-ia no fim das guerras e revoluções sangrentas. Os homens, de acordo quanto aos objectivos, não teriam grandes razões para lutar. A actividade económica satisfaria as suas necessidades, pelo que já não teriam de arriscar a vida em batalhas” (FUKUYAMA, 2007, p. 300).

Isto ocorreria pela acomodação das tensões relativas aos períodos anteriores, com sua absorção pelo ideário liberalizante. Por conseguinte, as duas dimensões individuais fundamentais da conflituosidade anterior, a *megalothymia*, que podemos sintetizar como o desejo de ser reconhecido como superior aos demais, a glória, o “amor-próprio”, e a *isothymia*, sintetizada como o desejo de ser reconhecido como igual aos demais, a justiça (FUKUYAMA, 2007, p. 186), são mitigadas e incorporadas pela democracia liberal, forma de governo otimizada para o novo período.

Entretanto, é necessário observar que Fukuyama (2007) aponta para a necessidade de bases culturais e sociais favoráveis a essa estruturação política. Notavelmente, o modelo para

tal processo é a sociedade norte-americana, tida como exemplo suficientemente exitoso do apaziguamento das tensões causadas pela *megalothymia* e pela *isothymia*, que são incorporadas à sociedade estadunidense por meio do jurisdicismo, o qual busca manter a liberdade individual e seus anseios, porém, limitando seu espaço de ação até a interferência na liberdade dos demais membros do grupo social.

Fukuyama reconhece que o sistema internacional permanecerá hierarquizado, tendo algumas nações com maior disponibilidade de recursos que permitirão maior agilidade na adequação ao novo rumo histórico. Todavia, sua crença na inevitabilidade deste movimento histórico permite conceber que tais disparidades não impedirão o fluxo natural das sociedades para a liberalização. “As aparentes diferenças na situação de cada uma delas não parecerão reflectir distinções permanentes e necessárias entre as pessoas que as utilizam, mas apenas o produto das suas posições distintas ao longo do caminho” (FUKUYAMA, 2007, pp. 324-325).

Para tanto, observava-se o avanço orientado à liberalização e integração irrestrita à economia global liberal como fenômenos imprescindíveis aos atores da nova estrutura histórica. Apontam-se os exemplos de parcela notável dos países da Ásia Oriental como respaldo ao argumento da liberalização econômica como força motriz para o êxito econômico (contestado por Hobsbawm, como visto anteriormente na seção 2.2).

O seu desenvolvimento indica que países pobres, sem outros recursos além de suas próprias populações laboriosas, podem aproveitar a abertura do sistema econômico internacional e criar quantidades inimagináveis de nova riqueza, eliminando rapidamente o fosso que os separa dos poderes capitalistas mais bem estabelecidos da Europa e da América do Norte (FUKUYAMA, 2007, p. 61).

Apreciando estas linhas gerais que permeiam o argumento de Fukuyama (2007), torna-se possível analisá-lo sob a luz dos apontamentos de Cox (1986), ressalta-se o caráter ahistórico e universalista da abordagem de Fukuyama. Seu esforço explicativo não considera todos os componentes de uma estrutura histórica, fixando-se apenas nos fatores pertinentes aos seus intentos. Conseqüentemente, Fukuyama (2007) afirma que uma ordem livre e democrática seria o novo arranjo das relações internacionais.

Do ponto de vista das abordagens legitimadoras da nova realidade, o Império representa o fim da história; nesse sentido, os autores reconhecem as bases concretas que alimentam perspectivas como a de Fukuyama, para quem desapareceram definitivamente as alternativas ao capitalismo, eliminando as bases de conflito originárias de forças externas ao sistema (AYERBE, 2005, p. 332).

Era um esforço calcado na remodelação da concepção do mundo dominante, marcada por novas contradições, porém, estruturada de modo a ser percebida como a que fornece subsídios conceituais qualificados para a explicação da realidade. “Uma concepção do mundo não pode revelar-se como capaz de impregnar a toda uma sociedade e de transformar-se em ‘fé’, a não ser quando demonstra ser capaz de substituir as concepções e fês precedentes em todos os graus da vida estatal” (GRAMSCI, 1978, p. 212).

É no retorno ao liberalismo clássico e no fortalecimento do neoliberalismo que sobressalta-se o elemento mitificador da ordem pós-Guerra Fria. Para compreender e justificar a nova realidade, esses intelectuais despojam-na das contradições e tensões inerentes à sua natureza, especialmente por estas serem as grandes impulsionadoras da estruturação do período anterior.

No entanto, a pretensa ordem pacífica fornecida pelo triunfo do capitalismo e do liberalismo não se realizou, frustrando por conceber a economia como atividade pacificadora, desconsiderando suas contradições inerentes. “Na economia, o elemento ‘perturbador’ é a vontade humana, vontade coletiva, cuja atitude varia de acordo com as condições gerais nas quais vivem os homens, isto é, ‘conspirante’ e organizada de maneiras diversas” (GRAMSCI, 1978, p. 300).

A intensificação do uso da violência na década de 1990, a manutenção das crises econômicas nos países dependentes, a oscilante liberalização comercial global, e o aprofundamento das ameaças à soberania dos Estados-nações, foram fatores que deslegitimaram os apontamentos do “fim da história”.

Tudo isso revela o que talvez seja o problema mais imediato e sério para a democracia liberal. Em um mundo transnacional e cada vez mais globalizado, os governos nacionais coexistem com forças que têm pelo menos o mesmo impacto sobre a vida diária dos cidadãos e que estão, em diferentes graus, fora do seu controle. E, no entanto, eles não têm a opção política de abdicar ante as forças que lhe escapam ao controle, ainda que quisessem fazê-lo (HOBSBAWM, 2007, p. 109).

Portanto, o fim da bipolaridade do sistema internacional também possibilitou a emergência de argumentos pessimistas quanto ao novo período. Neste contexto, destacou-se a teoria de Huntington (1997), o “choque de civilizações”. Segundo este autor, as disputas no seio da economia global estariam condicionadas por um fator civilizacional, que seria a principal fonte das tensões no novo século. O êxito econômico elevaria a autoafirmação cultural e civilizacional das nações emergentes, em contraposição ao retrocesso das potências

estabelecidas, que teriam seus valores e concepções de mundo contestadas pelas novas potências, num cenário de crescente acirramento das contendidas.

Decréscimos de poder econômico e militar conduzem à dúvida sobre si mesmo, a crises de identidade e a tentativas de encontrar em outras culturas as chaves para o êxito econômico, militar e político. À medida que sociedades não-ocidentais aumentam sua capacidade econômica, militar e política, elas cada vez mais trombeteiam as virtudes de seus próprios valores, instituições e cultura (HUNTINGTON, 1997, p. 111).

Na concepção de Huntington, o universalismo é duplamente perigoso para as relações internacionais do pós-Guerra Fria, incorrendo na escalada conflituosa das civilizações não-ocidentais contra a civilização ocidental.

O universalismo ocidental é perigoso para o mundo porque ele poderia levar a uma grande guerra intercivilizacional entre Estados-núcleos, e é perigoso para o Ocidente porque poderia levar à derrota do Ocidente. Com o colapso da União Soviética, os ocidentais vêem sua civilização numa posição de predomínio sem precedente, enquanto, ao mesmo tempo, as sociedades asiática, muçulmana e outras, mais fracas, estão começando a ganhar força (HUNTINGTON, 1997, p. 396).

Incorre-se aqui na mitificação das relações internacionais, no retorno à lógica conflituosa das civilizações, utilizando-se das demais variáveis sócio-político-econômicas para justificar o empreendimento teórico-científico de elevar as tensões culturais, religiosas e identitárias da humanidade ao patamar de novo fator fomentador de conflitos e ordenador do Sistema Internacional pós-Guerra Fria.

A proposta analítica do choque de civilizações é despojada de toda historicidade. Concluído este procedimento, agregam-lhe elementos da proto-história para justificá-la como traço marcante da história da humanidade. Todas as demais tensões no interior das agrupações humanas, e em seus relacionamentos, quedam-se destituídas de história, voltando-se apenas como explicações acessórias para a inovadora organização das relações internacionais.

Um sistema conceitual filosófico baseado em premissas civilizacionais peca, segundo Gramsci, quando não considera que foi estabelecido por preceitos sócio-culturais das classes dirigentes das nações hegemônicas em seu surgimento.

Isto pode ser visto mais claramente pelo fato de que estes termos se cristalizaram, não a partir do ponto de vista de um hipotético e melancólico homem em geral, mas do ponto de vista das classes cultas europeias, que, através de sua hegemonia mundial, fizeram-nos aceitar por toda parte (GRAMSCI, 1978, p. 172).

Para Huntington (1997), as potências mundiais estavam preocupadas em conformar ou fortalecer alianças baseadas em fatores civilizacionais, a fim de precaverem-se de um provável futuro conflituoso pela dominação global. Esta visão pessimista das novas relações internacionais utilizava-se de fenômenos crescentes de violência no cenário nacional e internacional, que já haviam sido considerados e analisados por outras teorias e que, não obstante, permaneciam marginalizadas pelos centros de poder.

Os Estados-nações continuam sendo os principais atores no relacionamento mundial. Seu comportamento é moldado, como no passado, pela busca de poder e riqueza, mas é moldado também por preferências culturais, aspectos comuns e diferenças. Os agrupamentos mais importantes de Estados não são mais os três blocos da Guerra Fria, mas sim as sete ou oito civilizações principais do mundo (HUNTINGTON, 1997, p. 20).

Nota-se que, tanto no otimismo de Fukuyama (2007) quanto no pessimismo de Huntington (1997), o fator comum a ambas as perspectivas analíticas é o conservadorismo das posições relativas das potências mundiais. A disseminação da democracia, dos direitos humanos e da globalização liberal é levada a cabo – segundo Fukuyama (2007) – pelas nações pioneiras e melhor estruturadas quanto a estes fatores, essencialmente a América do Norte e a Europa Ocidental, somando-se o Japão, a China e a Rússia, dependendo do fator específico analisado.

Por seu turno, a principal civilização mundial – na análise de Huntington (1997) – é a ocidental. Mesmo que apresente traços de declínio, seu predomínio militar, econômico e tecnológico, somados ao fato de ser “a única civilização que tem interesses substanciais em todas as outras civilizações ou regiões e tem a capacidade de afetar a política, a economia e a segurança de todas as outras civilizações ou regiões” (HUNTINGTON, 1997, p. 97), tornam-na ator central nas relações internacionais civilizacionais.

As análises de Huntington focam-se na apresentação das perspectivas e desafios à civilização ocidental no novo período histórico. O autor utiliza-se de alguns elementos históricos, de modo que não logra construir um mecanismo de compreensão do processo histórico que legitimaria seu argumento. Empregam-se vários elementos das relações internacionais, entretanto, subordinando-os decisivamente à lógica civilizacional.

Estes procedimentos são aplicados por Huntington a fim de permitir estabelecer-se a percepção de que efetivamente o novo ordenamento mundial seria pautado pelo conflito civilizacional. A proeminência do Ocidente, seu declínio relativo, a ascensão de outras civilizações, a inevitabilidade do acirramento das tensões civilizacionais pela direção das

relações internacionais, são fenômenos tomados por essa teoria no afã de interceder em prol de suas hipóteses.

Em resumo, na era que se aproxima, para se evitarem grandes guerras intercivilizacionais, será preciso que os Estados-núcleos se abstenham de intervir em conflitos no interior de outras civilizações. Esta é uma verdade que muitos países, especialmente os Estados Unidos, terão sem dúvida dificuldade para aceitar. Essa *regra de abstenção*, que determina que os Estados-núcleos se absterão de intervir em conflitos em outras civilizações, é o primeiro requisito da paz num mundo multicivilizacional e multipolar. O segundo requisito é o da *regra de mediação conjunta*, pela qual os Estados-núcleos negociarão entre si para conter ou fazer cessar guerras de linha de fratura entre Estados ou grupos de suas próprias civilizações (HUNTINGTON, 1997, p. 403).

Observa-se novamente a mitificação da realidade estudada por Huntington. Após discorrer extensamente acerca da proeminência ocidental (quatro capítulos dedicados especificamente ao Ocidente), o início de seu declínio relativo, não obstante, permanecendo com o principal centro de poder mundial nos Estados Unidos, o autor concebe a imprescindibilidade de que a potência hegemônica mundial renuncie sua hegemonia, a fim de preservar uma pretensa ordem pacífica.

O que é possível depreender, de fato, dos argumentos de Huntington, é a construção de um novo Concerto Europeu<sup>9</sup>, onde as potências mundiais atuariam sob a *regra de mediação conjunta*, no afã de estabilizar as relações internacionais. Contudo, tal regra é aplicável apenas sob a condição de que as potências se abstenham de intervir em conflitos fora do escopo de sua civilização. Tais premissas implicam: por um lado, a liberdade para os Estados-núcleos dominarem os demais Estados membros de sua civilização; e, por outro, a renúncia dos custos da hegemonia por parte da potência dominante global.

Huntington desconsidera que seus requisitos para a paz intercivilizacional fomentam uma escalada conflituosa a longo prazo. Com a abstenção das grandes potências em atuar nos conflitos fora de sua civilização, aos Estados-núcleos de cada civilização é possibilitada a afirmação de seu predomínio sobre os demais, potencializando as forças conflituosas que deveriam ser detidas. Não é dizer que as potências mundiais, especialmente a potência hegemônica, inevitavelmente necessitavam intervir militarmente, e sim que era (e no presente momento histórico ainda mais) fundamental à manutenção da estabilidade das relações internacionais, que participassem ativamente na resolução dos conflitos. Como visto

---

<sup>9</sup> Sistema de relacionamentos fundado pelas potências europeias após o final das guerras napoleônicas (1815), a fim de manter a estabilidade regional e conter pretensões hegemônicas ou de preponderância por qualquer das partes. Tal sistema ficara conhecido como Sistema de Metternich, chanceler austríaco que lançou as bases para tal ordenamento internacional.

previamente, a abnegação das potências mundiais na década de 1990 apenas intensificou os focos de tensões intra e internacionais, sobrevivendo no início do século XXI com novos desafios às relações internacionais que ultrapassaram as barreiras civilizacionais estipuladas por Samuel Huntington.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho intentou apresentar e analisar o período do pós-Guerra Fria (1991 – 2001) lançando-se mão da teoria crítica coxiana, a fim de possibilitar a compreensão deste momento de transição das relações internacionais. Utilizando-se da caracterização de Cox (1986) da hegemonia mundial, se apreciou o ordenamento internacional surgido com a derrocada da superpotência soviética, expondo também outras perspectivas teóricas surgidas no centro hegemônico, que buscaram legitimar tal ordenamento, empregando os artifícios relativos ao que Cox (1986) classificou como teorias de solução de problemas.

Enquanto as teorias de Fukuyama (2007) e Huntington (1997) preocupavam-se em explicar a manutenção do poder dos Estados Unidos, os arranjos institucionais que possibilitavam a expansão ocidental, os desafios que tal perspectiva enfrentava no novo período, não se questionavam quanto à possibilidade de novas transformações na ordem internacional. Buscavam explicar “o mundo como ele é” (COX, 1986), conservando suas relações de poder e de dominação. Por outro lado, a teoria crítica coxiana empenhava-se na compreensão do processo histórico que desembocou no ordenamento mundial pós-Guerra Fria, apresentando as alternativas viáveis para tal estruturação do sistema internacional e procurando apreender profundamente os fenômenos que delimitavam as relações internacionais desse período.

Baseando-se neste enfoque metodológico, apreciou-se a abordagem do desenvolvimento histórico elaborada pelo historiador inglês Eric Hobsbawm, que somada aos aportes da teoria crítica coxiana, permitiram assimilar de forma mais clara o momento de transição e considerar de modo mais detido suas implicações para as relações internacionais que se seguiram.

Apoiando-se nas categorias analíticas de Robert Cox, apresentou-se um quadro geral da hegemonia estadunidense na década de 1990, caracterizando este período como um exemplo marcante do conceito coxiano de hegemonia, onde a potência hegemônica utilizou-se dos dois recursos que lhe são imprescindíveis, o consenso e a coerção, a fim de conservar seu predomínio. Ademais, possuía proeminência por suas capacidades materiais –

comparativamente às demais nações –, difundiu ideias universalizantes a fim de que pautassem as relações internacionais em seus estreitos limites, utilizando-se de um amplo rol de instituições internacionais que forneciam certa legitimidade a sua dominação.

Todavia, amplas forças de tensão apresentavam profundos desafios tanto à potência hegemônica, no afã de manter sua hegemonia mundial, quanto aos demais atores internacionais, especialmente os Estados mais débeis. A intensificação da globalização liberal, concomitante ao aumento das desigualdades internas e internacionais, a crescente preocupação com o meio ambiente, com a cultura, a elevação da relevância da opinião pública para as relações internacionais, o acirramento da pobreza, o terrorismo transnacional, a complexificação da luta de classes, o reavivamento do nacionalismo e do autoritarismo, além do aprofundamento da alienação, com o desenvolvimento decisivo da indústria cultural, entre outros fenômenos, passaram a determinar as ações dos Estados-nações e a atrair a atenção dos observadores e analistas.

Neste cenário, nem o otimismo liberal de Fukuyama (2007), tampouco o pessimismo civilizacional de Huntington (1997), justificam-se. Por mais comprometedores que sejam, são fatores que permitem apresentar a complexidade das relações internacionais no pós-Guerra Fria, não ficando mais restritas tão somente à lógica estadocêntrica.

A hierarquização internacional intensificou-se, pois das duas superpotências do período anterior, apenas os Estados Unidos resistiram a corrida bipolar, as demais potências mundiais aprofundaram um processo de polarização em torno de fatores específicos. Algumas nações se destacavam como potências militares, outras como potências econômicas, outras ainda como potências políticas, contudo, restringindo seu poderio a estes limites. Apenas os Estados Unidos possuíam capacidades superiores em todos os fatores das relações internacionais.

Ademais do consórcio das potências mundiais, a maior parcela dos Estados-nações eram caracterizados como subordinados ou dominados, enfrentando problemas relativos aos fatores elencados, em distintos graus, podendo estar circunscritos a um ou mais dos fatores, dependendo da capacidade do Estado de manter sua sobrevivência no sistema internacional.

A concatenação da existência desta categoria de nações, enfraquecidas com o fim da Guerra Fria, com o acirramento dos desafios ao Estado-nação deste período, fez com que algumas destas nações fossem classificadas como perigosas para a estabilidade da nova ordem

mundial<sup>10</sup>. Isto, somado com as ideias universalizantes da potência hegemônica, delimitaram os rumos posteriores ao período pós-Guerra Fria.

A resposta dos Estados Unidos aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, sua pretensa “guerra ao terror”, tentando legitimar ações unilaterais que exacerbavam o poderio militar da superpotência (HOBSBAWM, 2007), encerrou o período da hegemonia estadunidense pós-Guerra Fria, inaugurando um novo período que nos limitamos em não buscar caracterizá-lo. O uso do aparato coercitivo como recurso preventivo eliminou a hegemonia, por ela estar pautada pelo emprego do consenso como fator estabilizador essencial, marginalizando os meios coercitivos apenas para os casos desviantes (COX, 1986).

## **HEGEMONY AND POST-COLD WAR WORLD ORDER: A COXIAN ANALYSIS OF INTERNATIONAL RELATIONS**

### **ABSTRACT**

This article intends to present a general framework of international relations after the Cold War, delimiting this period between 1991 and 2001, using critical theory of Robert Cox to understand the hegemonic logic of the new world order. Will be examined the relevance of the transition periods for theories of international relations, and how critical theory stands on the contribution of analytical perspectives for the study of world orders. Adopting the development process of the historical structures of Robert Cox, and his characterization of hegemony in international relations, allows to consider the various phenomena involved in the new perspectives and challenges to international actors since the dissolution of the Soviet Union. Debate also other approaches that emerged in this historical period, were inserted into the optimism or pessimism ascended the new global context, allowing explore their arguments and expose their commitment to the conservation of the new arrangements of world power.

**KEYWORDS:** Hegemony; World orders; After Cold War; Critical theory.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ADORNO, Theodor W. (1996). *Textos escolhidos*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural.

\_\_\_\_\_. (2009). *Indústria cultural e sociedade*. Seleção de textos: Jorge Mattos Brito de Almeida; Tradução: Juba Elisabeth Levy. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra.

ALDÁS, Francisco R. Dávila. (2011) ¿Hegemonía o dominio norteamericanos en los inicios del siglo XXI? In: *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*. pp. 27-46. Tradução nossa

<sup>10</sup> Inserem-se nessas classificações as categorias de Estados párias e Estados falidos, amplamente empregadas para caracterizar nações dependentes instáveis durante as décadas de 1990 e 2000.

- AYERBE, Luis Fernando. (2005, julho/dezembro) Os Estados Unidos e as Relações Internacionais contemporâneas. In: *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 2. pp. 331-368.
- BENJAMIN, Walter. (1991). *Sociologia*. Org.: Flávio R. Kothe. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.
- CASTRO, Gustavo, & PIRES, Nielsen de Paula. (1991, julho/setembro). A questão da hegemonia mundial na década de 90. In: *São Paulo em Perspectiva*, vol. 5, n. 3. pp. 82-92.
- COX, Robert W. (1986). *Fuerzas Sociales, Estados y ordenes mundiales: más allá de la teoría de las Relaciones Internacionales*. Tradução: Tomás Saraví. Curridabat: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Secretaría General). pp. 119-196. Reproduzido de: KEOHANE, Robert O. (ed.). (1986). *Neorealism and its Critics*. Nova Iorque: Columbia University Press. Tradução nossa
- \_\_\_\_\_. (1993). Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. In: GILL, Stephen (ed.). *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 49-66. Tradução nossa
- FUKUYAMA, Francis. (2007). *O fim da história e o último homem*. 3. ed. Tradução: Maria Goes. Lisboa: Gradiva.
- GHOTME, Rafat. (2011). La configuración del poder en el sistema internacional contemporáneo. In: *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, vol. 6, n. 1. pp. 47-74. Tradução nossa
- GRAMSCI, Antonio. (1978). *Concepção dialética da história*. 3. ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1999a). *Cuadernos de la cárcel*: Edición crítica del Instituto Gramsci – Tomo 1: Cuadernos 1 y 2. 2. ed. Tradução: Ana María Palos. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. Tradução nossa.
- \_\_\_\_\_. (1999b). *Cuadernos de la cárcel*: Edición crítica del Instituto Gramsci – Tomo 2: Cuadernos 3, 4 y 5. 2. ed. Tradução: Ana María Palos. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. Tradução nossa.
- HOBBSAWM, Eric. (2005). *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução: José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1997). *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- JAMESON, Fredric. (1997). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática.

- MESSARI, Nizar, & NOGUEIRA, João Pontes. (2005). *Teorias de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Campus.
- PEIXOTO, Antonio Carlos. (2002). Desventuras de um império global. In: *Estudos Avançados*, vol. 16, n. 46. pp. 37-52.
- PEREIRA, Aleksandro Eugenio. (2011, junho). Três perspectivas sobre a política externa dos Estados Unidos: poder, dominação e hegemonia. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39. pp. 237-257.